

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2017
(Processo Administrativo n. 23109.002930/2017-41)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35.400-000, Ouro Preto/MG, telefones: (31) 3559-1382, e ainda por intermédio do pregoeiro, ao final identificado, designado pela Portaria nº 390 de 03 de maio de 2017, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 18/08/2017

Horário: 09:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material para instalação elétrica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes no termo de referência deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15263

Fonte: 0112

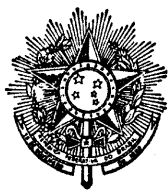
Programa de Trabalho: 2080

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.3. que estejam reunidas em consórcio;

4.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

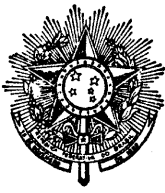
4.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.



5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. Valor unitário e total do item
 - 5.6.2. Marca;
 - 5.6.3. Fabricante;
 - 5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



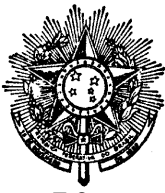
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



7.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de **04 (quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado Coordenadoria de Suprimentos da UFOP, localizada no prédio do Centro de Convergência, Campus Universitário Morro do Cruzeiro, na cidade de Ouro Preto/MG, CEP: 35.400-000) e dentro de **04 (quatro) dias úteis** contados da solicitação.

7.5.2.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.5.2.2. O critério de avaliação das amostras serão realizados testes práticos dos produtos, a fim de verificar seu padrão de qualidade.

7.5.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.5.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.5.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.5.2.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo (03) três dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



7.5.2.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

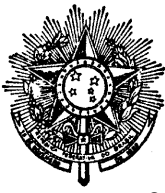
8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro poderá reputar o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.3. Habilitação jurídica:

8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;

8.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

8.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



8.6. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **04 (quatro) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por e-mail: reginaldo@dof.ufop.br c/c para rosimar@dof.ufop.br e antonio@dof.ufop.br. Caso o Pregoeiro julgue necessário, posteriormente poderá ser solicitado o envio dos documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **04 (quatro) dias úteis**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.6.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. **Em relação às empresas cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista segundo o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.**

8.7.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.7.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal.

8.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

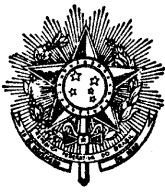
8.9. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.10. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **04 (quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. todos os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, sendo os centavos com apenas duas casas decimais. Não serão considerados para efeito de empenhamento, valores cujos preços contenham mais de duas casas decimais, sendo desconsideradas as frações de centavos. Ex: 0,0123, será empenhado 0,01.

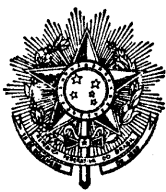
10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

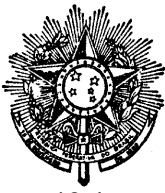
13.1. Após a homologação da licitação, o Termo de Contrato, amparado por condições exigidas neste edital de pregão, será substituído por Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho de Despesas, conforme prevê o art. 62, § 4º da Lei 8.666/93.

13.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

13.2.1. A adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



13.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14. DO PREÇO

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

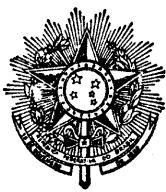
17.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

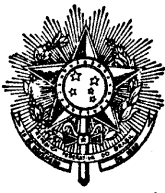
18.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. não mantiver a proposta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



- 18.1.6. cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Multa de **5% (cinco por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail reginaldo@dof.ufop.br c/c para rosimar@dof.ufop.br e antonio@dof.ufop.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Coordenadoria de Suprimentos: Centro de Convergência-Campos Universitário - Morro do Cruzeiro - CEP 35400-000 - Ouro Preto- MG

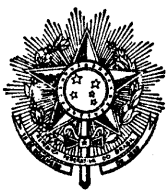
19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.dof.ufop.br/coordenadorias/csu>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35.400-000, Ouro Preto/MG, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

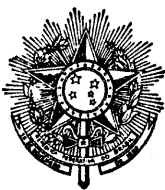
20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

20.10.2. ANEXO II Modelo de proposta comercial.

Ouro Preto, 28 de julho de 2017.

Reginaldo Arcanjo Rodrigues
Pregoeiro Oficial
(31) 3559-1382



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



ANEXO I

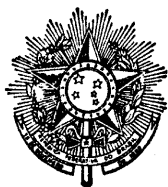
TERMO DE REFERÊNCIA
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 43/2017

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material para instalação elétrica, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2. As especificações dos itens encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

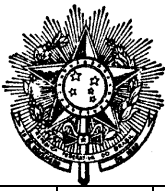
ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
1	300.00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 4,00MM2 AZUL - COR: AZUL - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70 GRAUS CELSIUS. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSO-ES NOMINAIS ATÉ 450/750 V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL - FOGUEIRA. - NBR NM 280 - CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS.	1,57	471,00	174/2017-8
2	200.00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 4,00MM2 VERDE - COR: VERDE - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÉTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70C	1,58	316,00	174/2017-7
3	100.00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 6,00MM2 VERDE - COR: VERDE - UTILIZADOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE INSTALAÇÕES INTERNAS E FIXAS: PREDIAIS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ONDE OFERECE UMA ÓTIMA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO. - FIOS DE COBRE ELETROLÉTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70. - NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSORES NOMINAIS ATÉ 450/750V. NBR 6245 - DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE OXIGÊNIO. NBR NM 60332-3-24 - QUEIMA VERTICAL	2,13	213,00	174/2017-9
4	32.00	UN	LED VERDE DIFUSO REDONDO 3MM	0,25	8,00	225/2017-19
5	10.00	UN	EXTENSÃO ELETRICA 5 METROS 3 TOMADAS - PADRAO PERLEX 1086	39,90	399,00	225/2017-3
6	3.00	UN	DISPLAY LCD 16X2 BACK FUNDO AZUL LETRA BRANCA 36MM X 80MM X 13MM.	37,04	111,12	225/2017-32
7	120.00	UN	TRANSISTOR BC 548	0,12	14,40	225/2017-33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



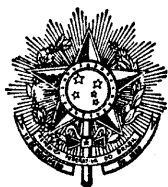
ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
8	300.00	M	<p>CABO FLEXIVEL, ISOLAMENTO 750V, BITOLA 10,0MM2. COR PRETA.</p> <p>CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA, PERMITINDO UMA TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO NO CONDUTOR DE 70GRAUS CELSIUS EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100GRAUS CELSIUS EM SOBRECARGA E 160GRAUS CELSIUS EM CURTO-CIRCUITO. POSSUI ESPECIAIS CARACTERÍSTICAS QUANTO À NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTIÇÃO DE FOGO.</p> <p>ENCORDOAMENTO CLASSE: 4 OU 5 TENSÃO DE ISOLAMENTO: 750V BITOLA: 10,0MM</p> <p>NORMAS APLICAVÉIS: NBR NM 247: CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, INCLUSIVE; NBR NM 280: CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR SUPERASTIC.</p>	3,97	1.191,00	174/2017-6
9	1000.00	M	<p>CABO FLEXIVEL, ISOLAMENTO 750V, BITOLA 2,5MM2. COR AZUL.</p> <p>CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA, PERMITINDO UMA TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO NO CONDUTOR DE 70GRAUS CELSIUS EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100GRAUS CELSIUS EM SOBRECARGA E 160GRAUS CELSIUS EM CURTO-CIRCUITO. POSSUI ESPECIAIS CARACTERÍSTICAS QUANTO À NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTIÇÃO DE FOGO.</p> <p>ENCORDOAMENTO CLASSE: 4 OU 5 TENSÃO DE ISOLAMENTO: 750V BITOLA: 2,5MM</p> <p>NORMAS APLICAVÉIS: NBR NM 247: CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, INCLUSIVE; NBR NM 280: CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR SUPERASTIC.</p>	0,86	860,00	174/2017-2
10	2000.00	M	<p>CABO FLEXIVEL, ISOLAMENTO 750V, BITOLA 2,5MM2. COR PRETA.</p> <p>CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA, PERMITINDO UMA TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO NO CONDUTOR DE 70GRAUS CELSIUS EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100GRAUS CELSIUS EM SOBRECARGA E 160GRAUS CELSIUS EM CURTO-CIRCUITO. POSSUI ESPECIAIS CARACTERÍSTICAS QUANTO À NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTIÇÃO DE FOGO.</p> <p>ENCORDOAMENTO CLASSE: 4 OU 5 TENSÃO DE ISOLAMENTO: 750V BITOLA: 2,5MM</p> <p>NORMAS APLICAVÉIS: NBR NM 247: CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, INCLUSIVE; NBR NM 280: CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR SUPERASTIC.</p>	0,90	1.800,00	174/2017-3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
11	800.00	M	<p>CABO FLEXIVEL, ISOLAMENTO 750V, BITOLA 2,5MM2. COR VERDE.</p> <p>CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA, PERMITINDO UMA TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO NO CONDUTOR DE 70GRAUS CELSIUS EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100GRAUS CELSIUS EM SOBRECARGA E 160GRAUS CELSIUS EM CURTO-CIRCUITO. POSSUI ESPECIAIS CARACTERÍSTICAS QUANTO À NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTIÇÃO DE FOGO.</p> <p>ENCORDAMENTO CLASSE: 4 OU 5 TENSÃO DE ISOLAMENTO: 750V BITOLA: 2,5MM</p> <p>NORMAS APLICAVÉIS: NBR NM 247: CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, INCLUSIVE; NBR NM 280: CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR SUPERASTIC.</p>	0,86	688,00	174/2017-1
12	1000.00	M	<p>CABO FLEXIVEL, ISOLAMENTO 750V, BITOLA 4,0MM2. COR VERMELHA.</p> <p>CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA, PERMITINDO UMA TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO NO CONDUTOR DE 70GRAUS CELSIUS EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100GRAUS CELSIUS EM SOBRECARGA E 160GRAUS CELSIUS EM CURTO-CIRCUITO. POSSUI ESPECIAIS CARACTERÍSTICAS QUANTO À NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTIÇÃO DE FOGO.</p> <p>ENCORDAMENTO CLASSE: 4 OU 5 TENSÃO DE ISOLAMENTO: 750V BITOLA: 4MM</p> <p>NORMAS APLICAVÉIS: NBR NM 247: CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, INCLUSIVE; NBR NM 280: CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR SUPERASTIC.</p>	1,76	1.760,00	174/2017-4
13	600.00	M	<p>CABO FLEXIVEL, ISOLAMENTO 750V, BITOLA 6,0MM2. COR PRETA.</p> <p>CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE PVC FLEXÍVEL ANTICHAMA, PERMITINDO UMA TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO NO CONDUTOR DE 70GRAUS CELSIUS EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100GRAUS CELSIUS EM SOBRECARGA E 160GRAUS CELSIUS EM CURTO-CIRCUITO. POSSUI ESPECIAIS CARACTERÍSTICAS QUANTO À NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTIÇÃO DE FOGO.</p> <p>ENCORDAMENTO CLASSE: 4 OU 5 TENSÃO DE ISOLAMENTO: 750V BITOLA: 6 MM</p> <p>NORMAS APLICAVÉIS: NBR NM 247: CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, INCLUSIVE; NBR NM 280: CONDUTORES DE CABOS ISOLADOS PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR SUPERASTIC.</p>	2,05	1.230,00	174/2017-5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



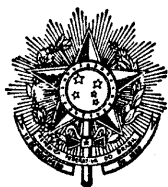
ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
14	6.00	UN	ABRACADEIRA DE NYLON 4,8X300 PACOTES COM 100 UNIDADES	27,90	167,40	225/2017-5
15	120.00	UN	TRIMPOT MULTIVOLTAS3006P 10K	1,62	194,40	225/2017-40
16	120.00	UN	TRIMPOT MULTIVOLTAS 3006P 1K	0,95	114,00	225/2017-41
17	120.00	UN	TRIMPOT MULTIVOLTAS 3006P 1M	1,22	146,40	225/2017-42
18	60.00	UN	PLUGUE TOMADA, MACHO. PLUGUE MACHO,2 PÓLOS E TERRA , PADRÃO BRASILEIRO, 10A, NBR14136. PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR A PIAL OU FAME.	6,00	360,00	225/2017-21
19	120.00	UN	TRANSISTOR TIP 31 C -ENCAPSULAMENTO TO220	1,10	132,00	225/2017-43
20	20.00	UN	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO FENOLITE VIRGEM SIMPLES 10X20CM	4,51	90,20	225/2017-44
21	32.00	UN	LED VERMELHO, 3MM, DIFUSO	0,25	8,00	225/2017-20
22	4.00	UN	EXTENSÃO COM 10 METROS DE ALCANCE CABO (CORDÃO PARALELO FLEXÍVEL) DE 1,5MM COM PINOS MACHO E FÊMEA. NORMAS ABNT/INMETRO.	72,80	291,20	225/2017-4
23	46.00	UN	PLUGUE TOMADA, FÊMEA. PLUGUE FÊMEA,2 PÓLOS E TERRA , PADRÃO BRASILEIRO, 10A, NBR14136. PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR A PIAL OU FAME.	5,19	238,74	225/2017-22
24	50.00	UN	FOTORESISTOR LDR DIÂMETRO 10MM CATMAT:40606	5,06	253,00	225/2017-45
25	40.00	UN	SOQUETE TORNEADO SPT-4 PARA CIRCUITO INTEGRADO 8 PINOS CATMAT:39608	0,86	34,40	225/2017-46
26	40.00	UN	SOQUETE TORNEADO SPT-7 PARA CIRCUITO INTEGRADO 14 PINOS CATMAT:39608	1,54	61,60	225/2017-47
27	40.00	UN	SOQUETE TORNEADO SPT-8 PARA CIRCUITO INTEGRADO 16 PINOS CATMAT:39608	2,26	90,40	225/2017-48
28	40.00	UN	SOQUETE TORNEADO SPT-9 PARA CIRCUITO INTEGRADO 18 PINOS CATMAT:39608	1,82	72,80	225/2017-49
29	15.00	UN	BUZZER 5V, 12MM, COM OSCILADOR INTERNO.	1,75	26,25	225/2017-51



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



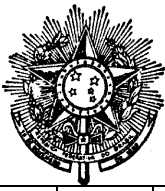
ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
30	25.00	UN	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO DE FIBRA VIRGEM SIMPLES 10X20CM.	11,47	286,75	225/2017-52
31	15.00	UN	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO DE FIBRA VIRGEM DUPLA 10X20CM.	10,47	157,05	225/2017-53
32	30.00	UN	SENSOR DE TEMPERATURA LM35	6,25	187,50	225/2017-54
33	15.00	UN	SENSOR DE TEMPERATURA NTC 10K OHMS, 3 MM.	0,4	6,00	225/2017-55
34	20.00	UN	CAPACITOR ELETROLÍTICO 1000UF X 50V. TEMPERATURA: 85 GRAUS TAMANHO: 13MM X 25MM	1,18	23,60	225/2017-18
35	40.00	UN	SOQUETE TORNEADO 40 PINOS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORRENTE MÁXIMA.....: 1A TENSÃO MÁXIMA.....: 150 VCA / VCC RESISTÊNCIA DE CONTATO MÁX....: 20 M RESISTÊNCIA DE ISOLAÇÃO MÍN....: 1000 M RIGIDEZ DIELETRICA.....: 1000 VCA (1 MINUTO) TEMPERATURA DE OPERAÇÃO.....: -25C A +125C (-T: -40C A +105C) MATERIAL DIELETRICO.....: POLIÉSTER UL94V-0 (POLIAMIDA) MATERIAL DOS TERMINAIS.....: LATÃO ESTANHADO FORÇA DE INSERÇÃO: 500 G A 10 G FORÇA DE EXTRAÇÃO.....: 160 G A 10 G	3,75	150,00	225/2017-56
36	40.00	UN	SOQUETE DE BARRA 1X20 MCI 180 GRAUS PASSO 2,54MM	1,75	70,00	225/2017-57
37	10.00	UN	MICRO VENTILADOR 60X60X20HS 12V SEM ROLAMENTO	11,07	110,70	225/2017-58
38	8.00	UN	MICROCONTROLADOR PIC18F2550	39,59	316,72	225/2017-59
39	20.00	UN	MULTÍMETRO DIGITAL COM ALARME SONORO VISOR: CRISTAL LÍQUIDO (LCD) DE 3 1/2 DÍGITOS TENSÃO DC: 0 A 200M/2000M/20/200/1000V TENSÃO AC: 0 A 200/750VAC CORRENTE DC: 200UA/2000UA/20MA/200MA/10A TESTE DE TRANSISTOR: PNP/NPN RESISTÊNCIA: 5 ESCALAS DE 0 A 200/2K/20K/200K/2MOHM AVISO SONORO: PARA RESISTENCIA ABAIXO DE 100 OHMS	48,70	974,00	225/2017-60
40	10.00	UN	CABO GARRA JACARÉ - PACOTE COM 10 UNIDADES - MULTI-COLORIDO - CABO DE COBRE - 22 AWG - PONTA TIPO JACARÉ EM AMBAS EXTREMIDADES - CABOS COM 40 CM DE COMPRIMENTO	23,00	230,00	225/2017-31
41	18.00	UN	SENSOR INFRAVERMELHO PARA ARDUINO - TENSÃO DE OPERAÇÃO: 5VDC - CORRENTE DE OPERAÇÃO: 10-15MA - FAIXA DE DETECÇÃO: 3-80CM - DIÂMETRO SENSOR: 18MM - COMPRIMENTO SENSOR: 45MM - COMPRIMENTO CABO: 20CM	13,60	244,80	225/2017-9
42	2.00	UN	ROLO DE SOLDA ESTANHO FIO 1MM	61,50	123,00	225/2017-14



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
43	5.00	UN	SENSOR ACELERÔMETRO 3 EIXOS ACELERÔMETRO 3 EIXOS MMA7361 - TENSÃO DE OPERAÇÃO: 2,2 - 3,6V - DIMENSÕES: 27,9MM X 18,6MM - SENSIBILIDADE: 800MV/G A 1,5G	39,47	197,35	225/2017-63
44	10.00	UN	SOQUETE 6 PILHAS AA PLUG P4 PARA ARDUINO - COR: PRETA - PLUG: P4 - MATERIAL: PLÁSTICO - PESO: 22G - DIMENSÕES: 8X5X1 CM	15,60	156,00	225/2017-10
45	5.00	UN	DISPLAY DE LED MATRICIAL 8X8 RGB - MODELO: GTM2088ARGB-28 - TENSÃO DE OPERAÇÃO: 2,3V (R), 3,4V (G), 3,4V (B) - ÂNGULO DE VISÃO: 30 GRAUS - ANODO COMUM - COR: RGB - TAMANHO DA ONDA: 623NM (R), 523NM (G), 467NM (B) - DIMENSÕES: 60 X 60MM	14,10	70,50	225/2017-64
46	18.00	UN	MICRO SERVO - VELOCIDADE: 0,12 SEG/60GRAUS (4,8V) SEM CARGA - TORQUE: 1,2 KG.CM (4,8V) E 1,6 KG.CM (6,0V) - TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -30C ~ +60C - TIPO DE ENGRENAGEM: NYLON - TAMANHO CABO: 245MM - DIMENSÕES: 32 X 30 X 12MM - PESO: 9G	23,10	415,80	225/2017-65
47	20.00	UN	ARDUINO WI-FI SHIELD - COMPATÍVEL COM ARDUINO DIECIMILA, DUEMILANOVE E UNO R2/R3. - UTILIZA COMUNICAÇÃO SPI (VELOCIDADE MÁXIMA DE 25MHZ). - TODOS OS PINOS DO ARDUINO ESTÃO DISPONÍVEIS NA PARTE SUPERIOR. - BOTÃO RESET DE FÁCIL ACESSO ON-BOARD. - ANTENA INTEGRADA AO SHIELD. - USO DE PINO DE INTERRUPTÃO SELECIONÁVEL ENTRE INT0 E PINO DIGITAL 8. - LED NO PINO DIGITAL 9 QUE PODE SER HABILITADO VIA JUMPER. - PINO CS (MEMÓRIA FLASH SERIAL) SELECIONÁVEL ENTRE PINO DIGITAL 10 E PINO DIGITAL 7. - DIMENSÕES: 5,7 X 5,7 X 1,5CM	38,86	777,20	225/2017-11
48	9.00	UN	FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS, 2 ENTRADAS E USB FILTRO DE LINHA MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO WI251 - 6 TOMADAS - 2 ENTRADAS - USB - ANTI CHAMAS	42,90	386,10	225/2017-17
49	18.00	UN	SHIELD ETHERNET PARA ARDUINO CARACTERÍSTICAS: - COMPATÍVEL COM ARDUINO MEGA E UNO - FORNECE ACESSO A REDE IP ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS TCP E UDP - CONECTOR PADRÃO RJ45 - SLOT PARA CARTÃO MICROSD - SUPORTE A ATÉ 4 CONEXÕES SIMULTÂNEAS	76,95	1.385,10	225/2017-12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



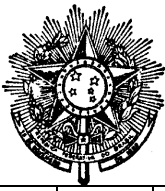
ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
			- PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E CURTO-CIRCUITO			
50	2.00	UN	<p>MULTÍMETRO DIGITAL DESCRIÇÃO GERAL: GERAL: INDICAÇÃO DE SOBREFaixa: DÍGITO MAIS SIGNIFICATIVO (1). PROTEÇÃO POR FUSÍVEL PARA O TERMINAL DE ENTRADA MA: FUSÍVEL DE 250MA / 250V. SEM PROTEÇÃO PARA A ENTRADA 10A. CONTAGEM MÁXIMA DO DISPLAY: 1999. TAXA DE AMOSTRAGEM: APROX. 2-3 VEZES POR SEGUNDO. COEFICIENTE DE TEMPERATURA: 0.1 X (PRECISÃO ESPECIFICADA) / 1GRAU CELSIUS, < 18GRAU CELSIUS OU > 28GRAU CELSIUS. AMBIENTE: OPERAÇÃO: 0GRAU CELSIUS A 40GRAU CELSIUS (32GRAU FAHRENHEIT A 104GRAU FAHRENHEIT), RH<75%. ARMAZENAMENTO: 10GRAU CELSIUS A 50GRAU CELSIUS (14GRAU FAHRENHEIT A 122GRAU FAHRENHEIT), RH<85%. ALTITUDE DE OPERAÇÃO: 2000M. TIPO DE BATERIA: 1 X 9V (NEDA1604 OU 6F22 OU 006P). DURAÇÃO DA BATERIA: APROX. 200H (TÍPICO). INDICADOR DE BATERIA FRACA: . SEGURANÇA / CONFORMIDADE: IEC1010 SOBRETENSÃO E DUPLA ISOLAÇÃO, CAT I 600V. DIMENSÕES: 128(A) X 66(L) X 27(P)MM. PESO: APROXIMADAMENTE 130G (INCLUINDO BATERIA).</p> <p>ESPECIFICAÇÕES DE PRECISÃO PRECISÃO: +/- (A% LEITURA + B DÍGITOS), GARANTIDO POR 1 ANO. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 23GRAU CELSIUS +/- 5GRAU CELSIUS. UMIDADE RELATIVA: < 75%. AS PRECISÕES SÃO ESPECIFICADAS DE 5% A 100% DA FAIXA OU ESPECIFICADO DE OUTRA MANEIRA.</p> <p>APLICAÇÕES MULTÍMETRO DE BAIXO CUSTO E DIMENSÕES REDUZIDAS COM DIVERSOS RECURSOS PARA APLICAÇÕES EM AMBIENTES MONOFÁSICOS, BANCADAS, HOBBY. FAZ MEDIÇÕES DE TENSÃO DC E AC, CORRENTE DC, RESISTÊNCIA, TESTE DE DIODO E TRANSISTOR.</p> <p>SEGURANÇA ESTE INSTRUMENTO ESTÁ DE ACORDO COM A CATEGORIA I 600V DE SOBRETENSÃO. COMO DETERMINADO PELA NORMA DE SEGURANÇA NR10, UTILIZE SEMPRE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.</p> <p>ESPECÍFICA TENSÃO DC FAIXA: 200MV, 2000MV, 20V, 200V, 600V PRECISÃO: 200MV +/- (0.5%+5D); 2000MV ~ 600V +/- (0.8%+5D) RESOLUÇÃO: 100MICROV, 1MV, 10MV, 100MV, 1V IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: 1 MOHMS PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 600V DC / AC RMS</p> <p>CORRENTE DC FAIXA: 200MICROA, 2000MICROA, 20MA, 200MA, 10A PRECISÃO: 200MICROA ~ 20MA +/- (1.0%+5D); 200MA +/- (1.2%+5D); 10A +/- (2.0%+5D) RESOLUÇÃO: 0.1MICROA, 1MICROA, 10MICROA, 100MICROA, 10MA PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: FUSÍVEL DE 0.25A/250V PARA ENTRADA MA, SEM FUSÍVEL PARA ENTRADA 10A (10A MÁXIMO POR 10 SEGUNDOS)</p> <p>TENSÃO AC FAIXA: 200V, 600V PRECISÃO: 200V ~ 600V +/- (1.2%+10D) RESOLUÇÃO: 100MV, 1V</p>	80,94	161,88	246/2017-1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
			<p>IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: 500 KOHMS RESPOSTA EM FREQUÊNCIA: 40HZ A 400HZ PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 600V DC / AC RMS RESISTÊNCIA FAIXAS: 200, 2000, 20K, 200K, 2000 KOHMS PRECISÃO: 200 OHMS+/- (1.0%+5D); 2000 ~ 200 KOHMS+/- (0.8%+5D); 2000 KOHMS+/- (1.2%+5D) RESOLUÇÃO: 0.1, 1, 10, 100, 1 KOHMS TENSÃO DE CIRCUITO ABERTO: <3.2V DC (MÁXIMO) PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250V DC / AC RMS</p> <p>TESTE DE TRANSISTOR FAIXA: 1 A 1000 TIPO: NPN / PNP CORRENTE DE BASE: APROX. 10MICROA DC TENSÃO VCE: 2.8V DC</p> <p>TESTE DE DIODO FAIXA: DIODO CORRENTE DE TESTE: 1MA TENSÃO DE TESTE: 2.8V DC (MÁXIMO) PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250V DC / AC RMS</p> <p>ACESSÓRIOS MANUAL DE INSTRUÇÕES PONTAS DE PROVA (PAR) BATERIA (INSTALADA)</p> <p>ACESSÓRIOS OPCIONAIS/REPOSIÇÃO PONTA DE PROVA MTL01 PONTA DE PROVA MTL22 PONTA DE PROVA MTL23</p> <p>NORMA A SER ATENDIDA: IEC1010; CAT I OU SUPERIOR; MARCA CERTIFICADA ISO 9000; ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE, PRESTADA PELO FABRICANTE.</p>			
51	120.00	UN	TRANSISTOR TRANSISTOR BC 547 B -ENCAPSULAMENTO TO92	0,10	12,00	225/2017-66
52	120.00	UN	TRANSISTOR TRANSISTOR 2N2222 -ENCAPSULAMENTO TO18	0,30	36,00	225/2017-67
53	120.00	UN	TRANSISTOR DE MÉDIA POTÊNCIA TRANSISTOR BD 140 -ENCAPSULAMENTO T126	0,71	85,20	225/2017-68
54	120.00	UN	TRANSISTOR DE POTÊNCIA TRANSISTOR TIP 31 C -ENCAPSULAMENTO TO220	1,22	146,40	225/2017-69
55	10.00	CAR	BATERIA BUTTON CELL AG10. CARTELA COM 10 UNIDADES.	6,21	62,10	225/2017-13
56	4.00	UN	BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA PARA NO BREAK, 12V 5 AH	100,05	400,20	225/2017-74
57	16.00	UN	PROTOBOARD NA QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO EPB0055 K3R, COM 1280 PONTOS E 3 BARRAS DE DISTRIBUIÇÃO.	88,40	1.414,40	225/2017-75



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
58	5.00	LA	FITA ISOLANTE LÍQUIDA INCOLOR- LATA 200 ML. REVESTIMENTO ISOLANTE E PROTETIVO PARA LIGAÇÕES ELÉTRICAS DE ALTA SEGURANÇA. COM 1 MM DE ESPESSURA ISOLA FIOS E CABOS ATÉ 6500 VOLTS. COMPOSIÇÃO: RESINAS, SOLVENTES AROMÁTICOS E ALIFÁTICOS E ADITIVOS.	79,80	399,00	225/2017-15
VALOR TOTAL					R\$ 20.327,66	

2. DESPESA

2.1. A despesa com a presente aquisição está estimada em R\$ 20.327,66 (Vinte mil trezentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos).

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Materiais para o segundo semestre de 2017 com recurso da “Ação UFOP Gestão Acadêmica”;

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, traz em seu art.1º, o seguinte: A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art.2º da Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União.

4.2. O citado Decreto Federal enumera uma série de bens e serviços comuns. Essa listagem é importante, pois a modalidade pregão passou a ser a regra geral nas licitações que precedam a celebração de contratos para a aquisição, pela União, de tais bens e serviços. De acordo com Alexandrino:

4.3. “Dentre os bens constante na lista, classificados em bens de consumo e bens permanentes, enumeramos: água mineral, combustíveis, gêneros alimentícios, material hospitalar e de limpeza, uniformes, veículos, automóveis, gás, material de expediente, material hospitalar, médico e de laboratório, drogas e insumos farmacêuticos, mobiliário, etc.”(ALEXANDRINO,2005, p.457). Como é possível constatar na descrição do objeto deste certame.

5. ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

5.1. As estratégias de suprimento estão baseadas na identificação e informações sobre o grupo de suprimento, tais como: os volumes utilizados e consumidos, preços praticados, especificações de qualidade, processos de produção, processos de compras, identificação de possíveis fornecedores, volumes de fornecimento, localização física. Busca-se uma avaliação contínua das estratégias através de reavaliações de tempos em tempos para: detectar alterações de mercado, saber das novas capacidades dos fornecedores, descobrir novos fornecedores, monitorar a evolução dos grupos de suprimentos.



6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. As entregas deverão ser realizadas no máximo em 15 dias úteis, em remessa única, contados do recebimento da nota de empenho de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial, no seguinte endereço Almojarifado Central, Centro de Convergência- Campus Universitário - Morro do Cruzeiro - CEP 35400-000 - Ouro Preto- MG, no horário de 08:00 às 16:00 horas. O fornecedor deverá, antes de efetuar a entrega, entrar em contato com a CSU/Almojarifado pelos telefones (31) 3559-1392/1944 para fins de agendamento.

6.2. O fornecedor deverá comunicar à Coordenadoria de Suprimentos, Centro de Convergência, Campus Universitário, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto- MG, CEP 35400-000, por escrito, no prazo máximo de 24 horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega do bem, informando os motivos que impossibilitem o cumprimento do previsto no subitem 6.1.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. Os bens deverão ser entregues e acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

6.8. O fornecedor deverá remover, às suas expensas, todo o bem que estiver em desacordo com as especificações básicas e/ou aquele que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

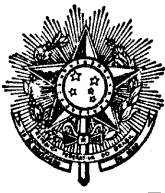
7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

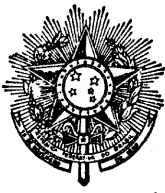
12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.1.6. não mantiver a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 12.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;



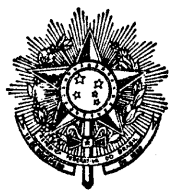
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



- 12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A validade da proposta deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias corridos.
- 13.2. A proposta deverá consignar:
- 13.2.1. Catálogo(s), prospectos, folheto(s) e manual(is) com especificações técnicas em português dos produtos ofertados, informando, inclusive, marca e/ou fabricante, detalhando de forma clara, evitando-se jargões de uso duvidoso ou ainda não consagrados. Tais especificações devem possibilitar a melhor avaliação dos materiais, observadas as especificações constantes deste termo de Referência.
 - 13.2.2. O correio eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, para realização dos chamados.
 - 13.2.3. Preços unitários e preço total, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.
 - 13.2.4. Prazos de entrega e de garantia, observando o contido neste Termo de Referência.
- 13.3. Só será admitida a oferta de equipamentos que:
- 13.3.1. Possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, nos termos da Portaria INMETRO nº 243, de 04 de setembro de 2009, que aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidades (RAC) do produto e trata da etiquetagem compulsória.
 - 13.3.2. Cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Interministerial MME/MCT/MDIC nº 533, de 08 de dezembro de 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU



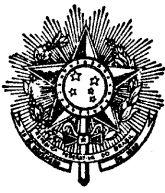
13.3.3. Esteja de acordo com as determinações da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços de obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, com atenção ao Art. 5º.

Ouro Preto, 28 de julho de 2017.

Renato Fernandes Ferreira
Coordenador de Suprimentos em exercício

Aprovado por:

Eduardo Curtiss dos Santos
Ordenador de Despesas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Coordenadoria de Suprimentos - CSU**



ANEXO II

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2017**

Prezados Senhores

Apresentamos nossa proposta de preços para os itens abaixo relacionados objetivando o fornecimento a essa Universidade, de acordo com o disposto no edital licitatório e ordenamentos legais cabíveis.

Declaramos ter total conhecimento das condições da presente licitação e a elas nos submetemos para todos os fins de direito.

Razão social: _____ **CNPJ:** _____

Banco: _____ **Agência:** _____ **Conta:** _____

Praça de pagamento: _____ **Contato:** _____

Fone: _____ **Fax:** _____ **e-mail:** _____

ITEM	QT	UN	DESCRIÇÃO	UN (R\$)	TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
VALOR TOTAL					

- **Transporte, carga e descarga por conta do fornecedor, até o interior do armazenamento da Divisão do Almoxarifado, por ocasião dos pedidos.**
- **Seguro e despesas diretas e indiretas deverão ser inclusos no preço.**
- **Todos os itens do edital e anexos deverão ser considerados para composição do custo.**
- **Deverá ser indicado nome, identificação, cargo e telefone da pessoa para contatos.**

Identificação e assinatura do Proponente

Carimbo do CNPJ